

# Prefeitura Municipal de Unaí - MG Estado de Minas Gerais

# PROCESSO 102258//2021

Vex Augras 19/6/2/12/02:1

# ENCAMINHAMENTO (FAZ)

Photocoolle

OF THE SECRETARIA MUNICIPAL DE ACRICULTURA E SERVICOS O 160: CGC/CPF: , (RC:

The File CO.

.Eannaille

COME DIVISÃO DE PROTOCOLO E COMUNICAÇÃO

LINAMENDA IMPOGUIMAN EDULAR DE CHAMAMENTO PUBLICO RESC.



# MOVIMIENTAÇÃO DO PROCESSO

	DESTINO.	DATA	DESTINO	DATA .
	OF SEASING	09-02-01	13 + 6 4 6 7	
	02	41.03.21	.14	<b>为为是是</b>
	03 Amoralian A.	25/8/51	16	
	04	A September	16	
	05	Section 1997	17	
	06	Market School	18 10	<b>或性的</b> 数据
	07		19	
	08		20	
	09		21	
	10		22	
	11 (7) (8)		23	
	12 4 4 4 10 3		24	
226	Control of the contro	EAST A TOTAL CONTROL OF THE SECURITY OF THE SECURITY AND THE SECURITY AND A SECUR	er men en senant et an en um um men en men en e	





# Rol de Créditos Orçamentários Relacionados a Emendas

12/

Emenda:	7/2021	13701				
Natureza:	IMPOSITIVA			100		
Origem:	LEGISLATIVO					
Ficha	974	F.R.	100 - Recursos Ordinários			
02	Prefeitura de U	nai				
09	Secretaria Mun	icipal de A	Agricultura e Serviços Rurais (Seag	ris)		
02	Departamento d	de Desen	volvimento Rural (DDR)			
20	Agricultura					
608	Promoção da P	rodução ,	Agropecuária			
2500	Desenvolvimen					
1063	Aquisição de m	aquinas e	e veículos para incentivo à mecaniz	ação dos pequenos produt	ores e da agricultura famil	iar
4	Despesas de C	Capital				
~	Investimentos					
90	Aplicações Dire	etas				
52	Equipamentos	e Materia	Il Permanente			
Crédito	na Programação					R\$48.666,24
Objeto	do Gasto: Aquisiçã	ão de imp	lementos agricolas destinados aos	moradores da Associação	Rural do Paiol.	

Crédito Total Relacionado à Emenda:

R\$48.666,24

ILTON OLIVEIRA CAMPOS



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS

### **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 20**

ACORDO DE COOPERAÇÃO

PÁGINA:

1 de 3

CESSÃO DE IMPLEMENTOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, COMO FOMENTO E APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E À AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE UNAÍ.

GESTOR: MANOEL JOSÉ DE FARIA

Modalidade: Emenda Parlamentar 07/2021

Valor Total: R\$ 48.666,24

Valor previsto para investimento:

R\$ 48.666,24

Valor provieto para cuetojo

P¢ 0 00

#### LEI AUTORIZATIVA

Lei 3.354/2020 (PDPASC - PLANO DE DISTRIBUIÇÃO PRÉVIA DE AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES) e Lei 3.355/2020 (LOA-2021)

#### DATA/HORA PARA DOCUMENTAÇÃO

ENVIO/ENTREGA: 09-02-2021 18:00

ABERTURA/AVALIAÇÃO: 10-02-2021 09:00

#### DATA/HORA PARA PROPOSTAS

ENVIO/ENTREGA: 05-03-2021 18:00

ABERTURA/AVALIAÇÃO: 08-03-2021 09:00

#### **OBJETO**

CESSÃO DE IMPLEMENTOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, COMO FOMENTO E APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E À AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE UNAÍ.

#### DESCRIÇÃO DO OBJETO

Descrever detalhamente o bem (implemento, máquina, equipamento etc), que será o objeto da parceria (Acordo de Cooperação). Informar:

- Descrição com as especificações técnicas suficientes e necessárias ao processo de aquisição (sem especificação de marca);
- Valor de mercado.

#### CONTRAPARTIDA

A Proponente declara que se responsabilizará pelos seguintes serviços e compromissos a título de contrapartida, com relação ao objeto da parceria:

- disponibilização de operador de máquina (motorista) capacitado;
- abastecimento do equipamento/veículo;
- manutenção preventiva e corretiva;
- ansporte dos equipamentos no campo;
- guarda, conservação e limpeza;
- gestão administrativa, técnica e operacional dos equipamentos e dos serviços a serem prestados;
- contratação de seguro contra roubo, furto, e incêndio e quaisquer outros que venham a incidir sobre os bens, durante toda a vigência da parceria, conforme disposto no Edital;
- capacitação do servidor cedido as expensas da OSC proponente (inscrição em cursos, seminários, diárias, transporte etc);
- outros (especificar).

#### PÚBLICO ALVO/BENEFICIÁRIOS

Informar quais e quantos serão os beneficiários em razão da celebração da parceria (Acordo de Cooperação).

#### JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS

#### **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 20**

ACORDO DE COOPERAÇÃO

PÁGINA:

2 de 3

CESSÃO DE IMPLEMENTOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
AGRÍCOLAS, COMO FOMENTO E APOIO AOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS E À AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO
DE UNAÍ.

GESTOR: MANOEL JOSÉ DE FARIA

Modalidade: Emenda Parlamentar 07/2021

Valor previsto para investimento:

R\$ 48.666,24

Valor Total: R\$ 48.666,24

Valor previsto para custeio:

R\$ 0,00

<del>Émuito importante em relação a esse item, estabelecer qual é o interesse público</del> a consecução do objetivo.

Descrever com clareza e sucintamente a descrição da realidade que se propõe modificar, ou seja, as razões que levaram à proposição e qual a relevância social do trabalho proposto.

#### A justificativa deve evidenciar:

- 1. a realidade a que se propõe modificar;
- a situação socioeconômica das pessoas/famílias envolvidas/público alvo;
- a localização geográfica a ser atendida; 3.
- os benefícios econômicos e sociais a serem alcançados pela comunidade/famílias/público alvo com a celebração da parceria. 4.
- a capacidade técnica e operacional da OSC compatíveis com o objeto da proposta;

#### RESULTADOS/PRODUTOS ESPERADOS E IMPACTOS PREVISTOS

Definir quais serão os impactos (benefícios econômicos e sociais) desejados com a execução do objeto.

- Promoção e incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar;
- Produção de alimentos com eficiência e qualidade;
- Redução de custos para os associados;
- Maior produtividade e lucratividade no campo, etc.

#### FORMA DE EXECUÇÃO

Descrever com clareza, as metas e a sua forma de execução (item obrigatório do Plano de Trabalho) para atingir os resultados esperados com a parceria.

#### Exemplo de meta:

1. Disponibilizar serviços de mecanização agrícola aos produtores rurais/associados, conforme planejamento, de acordo com as cessidades de preparo, cultivo, colheita e manejo.

#### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

Descrever os meios pelos quais as metas serão medidas e analisadas em termos quantitativos (valores, prazos etc), para a verificação do cumprimento do resultado esperado.

Os critérios precisam se quantificáveis.

#### Exemplo:

- levantamento da quantidade e identificação dos associados e respectivas áreas que necessitarão dos serviços de mecanização;
- agendamento dos serviços ao longo do ano;
- execução dos serviços de mecanização;
- manutenção do equipamento;
- abastecimento, etc.

#### DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO

Descrever os parâmetros que serão utilizados para a verificação do resultado proposto nas metas.

Definir indicadores praticáveis que possam proceder à verificação da realização de cada etapa prevista nas metas.

- Lista de agendamento de prestação de serviços aos associados;
- Lista de serviços prestados aos associados com o quantitativo de atendimento;
- Planilha de custos (manutenção);
- Pesquisa de satisfação junto aos associados, etc.



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS

## **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 20**

ACORDO DE COOPERAÇÃO

PÁGINA:

3 de 3

CESSÃO DE IMPLEMENTOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, COMO FOMENTO E APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E À AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE UNAÍ.

GESTOR: MANOEL JOSÉ DE FARIA

Modalidade: Emenda Parlamentar 07/2021

Valor previsto para investimento:

R\$ 48.666,24

Valor Total: R\$ 48.666,24

Valor provieto para custo

22700 (1922 - 2012)

DESEMBOLSO FINANCEIRO

PROGRAMÁTICA	NATUREZA DE DESPESAS	CÓDIGO	FONTE	TIPO
02.09.02.20.608.2500.1063	4.4.90.52.00	0100	TESOURO LIVRE	MUNICIPAL



# MUNICÍPIO DE UNAÍ Controladoria Interna e de Transparência Pública

OFÍCIO CITP N.º 074/2020

Unai, 23 de novembro de 2020.

Ao Excelentíssimo Senhor Vercador Paulo César Rodrigues Presidente da Câmara Municipal de Unai

Assunto: Plataforma Digital online 'Portal MROSC'

Prezados Vereadores,

- Cumprimentando-os cordialmente, servimo-nos da presente para comunicá-los 1. que buscando atender ao disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, artigo 65, o qual diz que, "A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica. permitindo a visualização por qualquer interessado", implantamos no Municipio de Unai desde de novembro de 2019 a plataforma eletrônica por meio do Portal MROSC disponível no sítio oficial da Prefeitura de Unaí.
- A plataforma possibilita melhor gerenciamento e acompanhamento da 2. execução, bem como, maior transparência dos atos envolvidos nas parcerias (Termo de Fomento, Colaboração e Acordo de Cooperação) entre o município e as Organizações da Sociedade Civil, desde o momento inicial (apresentação de propostas) até sua consequente prestação de contas.
- Tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício 3. de 2021 - PLOA-2021 e o período da indicação das Emendas Parlamentares, informamos que quando houver como beneficiária Organização da Sociedade Civil-OSC, a mesma deverá obrigatoriamente ser cadastrada na "plataforma eletrônica" por meio do Portal MROSC.
- Para tanto, seguem em anexo, as instruções para o cadastro e inserção dos documentos obrigatórios, bem como, o cheek-list desses documentos para a celebração de parcerias nas modalidades Termo de Fomento/Colaboração (transferência de recurso financeiro) ou Acordo de Coopcração (cessão de bens).
- Sendo só para o momento e à disposição para quaisquer esclarecimentos. 5.

Atenciosamente,

Controladora Înterna e de Transparência Pública





## Controladoria Interna e de Transparência Pública

OFÍCIO CITP N.º 001/2021

Unaí, 18 de janeiro de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor Vercador Paulo José de Araújo (Paulo Arara) Presidente da Câmara Municipal de Unaí

Assunto: Emendas 2021 - Plataforma Digital online 'Portal MROSC'.

Prezados Vereadores,

1. Cumprimentando-os cordialmente, servimo-nos da presente para reiterar as orientações constantes no Oficio CITP nº 074/2020 sobre a implantação no Município de Unai desde novembro de 2019 da plataforma eletrônica por meio do Portal MROSC disponível no sítio oficial da Prefeitura de Unaí.

2. A plataforma possibilita melhor gerenciamento e acompanhamento da execução, bem como, maior transparência dos atos envolvidos nas pareerias (Termo de Fomento, Colaboração e Acordo de Cooperação) entre o município e as Organizações da Sociedade Civil, desde o momento inicial (apresentação de propostas) até sua consequente prestação de contas.

3. Dessa forma, informamos que as Organizações da Sociedade Civil-OSCs beneficiárias de emendas parlamentares (direta e indireta) deverão obrigatoriamente realizar, no primeiro momento, o cadastro e anexar os documentos obrigatórios na "plataforma eletrônica" por meio do Portal MROSC.

4. Cumpre informar que em consulta a Plataforma, observamos um número muito pequeno de cadastros de OSCs, apenas 11 (onze), do total de 37 (trinta e sete) OSCs beneficiárias de emendas parlamentares (direta e indireta) para 2021.

5. Para tanto, seguem em anexo, as instruções para o cadastro e inserção dos documentos obrigatórios, bem como, o check-list desses documentos para a celebração de parcerias nas modalidades Termo de Fomento/Colaboração (transferência de recurso financeiro) ou Acordo de Cooperação (cessão de bens).

6. Sendo só para o momento e à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Lilian Cunha Rissi Matusita

Controladora-Interna e de Transparência Pública



#### Re: Emendas 2021 - Plataforma Digital online 'Portal MROSC',

De. cleber alves avelar Avelar

Para: controleinterno@prefeituraunat.ing.gov.br

Copia:

Copia oculta

Assunto: Re: Emendas 2021 - Plataforma Digital online 'Portal MROSC'

Envisda em: 29/01/2021 | 13:51 Recebida em: 29/01/2021 | 13:52

Boa tarde.

Acuso recebimento de email, referente a emendas 2021.

Arlm. Cleber Alves Avelar CRA-MG 01-063977/D

Em sex., 29 de jan. de 2021 às 11:27, <<u>controleinterno@prefeituraunai.rng.gov.br</u>> escreveu: OFÍCIO CITP N.º 002/2021 Unai, 29 de janeiro de 2021.

o Excelentissimo Senhor

creador Paulo José de Araújo (Paulo Arara)

Presidente da Câmara Municipal de Unai

Assunto: Emendas 2021 - Plataforma Digital online 'Portal MROSC'.

Prezados Vereadores,

- Cumprimentando-os cordialmente, servimo-nos da presente para reiterar as orientações constantes nos Ofícios CITP nos 074/2020 c 001/2021 sobre a implantação no Município de Unai desde novembro de 2019 da plataforma eletrônica por meio do Portal MROSC disponível no sitio oficial da Prefeitura de Unai.
- 2. A plataforma possibilita melhor gerenciamento e acompanhamento da execução, bem como, maior transparência dos atos envolvidos nas parcerias (Termo de Fomento, Colaboração e Acordo de Cooperação) entre o município e as Organizações da Sociedade Civil, desde o momento inicial (apresentação de propostas) até sua consequente prestação de contas.
- 3. Dessa forma, informamos que as Organizações da Sociedade Civil-OSCs beneficiárias de emendas parlamentares (direta e indireta) deverão obrigatoriamente realizar, no primeiro momento, o cadastro e anexar os documentos obrigatórios na "plataforma eletrônica" por meio do Portal MROSC.
- 4. Cumpre informar que em consulta à Plataforma, observamos <u>ausência de cadastros de OSC's</u> beneficiárias de emendas parlamentares (direta e indireta) para 2021. Segue o relatório das OSC's cadastradas na plataforma.
- Informamos ainda, que a Abertura do Chamamento por meio da plataforma eletrônica ocorrerá no dia 01/02/2021, conforme cronograma em anexo.
- 6. Para tanto, é obrigatório que a OSC indicada esteja cadastrada na plataforma, uma vez que cada <u>Chamamento deverá conter a identificação da beneficiária da respectiva emenda parlamentar. Portanto a ausência de cadastro impossibilita a abertura do chamamento para a análise da documentação obrigatória e apresentação da proposta, podendo incorrer em impedimento técnico pelo motivo de não cadastramento e apresentação de proposta pela entidade beneficiada.</u>
- Sendo só para o momento e à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Lilian Cunha Rissi Matusita Controladora Interna e de Transparência Pública

Controladoria Interna e de Transpavência Pública Municipio de Unai - MG Tel: (38) 3677 9610 -- R.: 9011/9010





# MUNICÍPIO DE UNAÍ Controladoria Interna e de Transparência Pública

#### OFÍCIO CITP N.º 003/2021

Unaí, 11 de fevereiro de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador Paulo José de Araújo (Paulo Arara) Presidente da Câmara Municipal de Unai

Assunto: Emendas 2021 - Plataforma Digital online 'Portal PARCERIAS'.

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

1. Cumprimentando-os cordialmente, servimo-nos da presente para informar sobre o processo de análise das Emendas Parlamentares para o ano de 2021, conforme calendário e chamamentos públicos já publicados na Plataforma Eletrônica das Parcerias, a saber:

Etapas	Prazo	Ação
	01 a 09/02/21	Inserção da documentação obrigatória na Plataforma pelas OSC's
1ª Fase	10 a 24/02/21	Análise da Comissão de Seleção (documentação obrigatória): Aprovação (para fase 2) ou Reprovação (Impedimento Técnico)
	25/02 a 07/03/21	Inserção das Propostas (Plano de Trabalho) das OSC's com documentação obrigatória aprovada pela Comissão de Seleção
2" Fase	08/03 a 19/04/21	Análise do Plano de Trabalho (Relatório da Comissão de Seleção, Parecer Técnico e Jurídico)

- 2. Importa destacar que somente a<u>s OSC's que na Fase 1 estiverem com toda a documentação obrigatória "Aprovada", passará para a Fase 2, que trata da inscrção das informações da Proposta/Plano de Trabalho referente ao objeto da emenda.</u>
- 3. Assim, para o bom andamento dos trabalhos, solicitamos aos nobres vereadores o apoio, por meio de seus assessores, no acompanhamento e na orientação aos beneficiários quanto: a) aos prazos do Calendário (anexo ao OFÍCIO CITP N.º 002/2021 e publicado na página inicial da Plataforma em "Notícias"): b) às notificações quanto aos documentos apresentados ou a ausência deles; e e) aos prazos para o atendimento das notificações.
- 4. Informamos ainda, que o meio de comunicação entre a Administração Pública (Prefeitura) e OSC's será exclusivamente pela Plataforma Eletrônica (não havendo contato telefônico, nem por e-mail).

Sendo só para o momento e à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Controladora Interna e de Transparência Pública



# Estatuto Social da Associação Rural do Paiol

## Capitulo I

Denominação, sede, fins e duração.

Artigo 1°

Com o nome de Associação Rural do Paiol, fica constituída uma sociedade civil sem fins lucrativos com sede na Chácara Mosana, na fazenda Vargem Bonita, neste Município de Unaí, Estado de Minas Gerais, com tempo de duração indeterminado sem carácter político partidário.

Artigo 2º

São objetivos da Associação:

- a) Defender os interesses comunitários.
- b) Participar e promover atividades que visem o desenvolvimento da comunidade e seu bemestar social.
- c) Estimular a criação e manutenção de meios que possam viabilizar educação e saúde aos associados e a população local e circunvizinha.
- d) Promover reuniões com os associados da comunidade para debater a realidade e procurar a solução para os problemas.
- e) Apoiar movimentos e entidades que visem a promoção social, cultural e educativas da comunidade em prol de uma sociedade mais justa e democrática.
- f) Promover atividades culturais, artísticas e recreativas para associados e a comunidade local.
- g) Promover a fixação da comunidade no meio rural, reivindicando dos poderes constituídos e órgãos governamentais meios para tal.
- h) Firmar convênios com entidades ou pessoas físicas objetivando melhorias e prosperidades para a comunidade.

## Capítulo II

Administração da Associação

Artigo 32°.

A associação é composta dos seguintes órgãos:

a) Assembleia Geral b) Diretoria c) Conselho Fiscal.

Artigo 4°

A Assembleia Geral é o órgão máximo da entidade formado pela totalidade os associados.

Compete a Assembleia Geral:

- Estudar e deliberar sobre a política de ação da associação.
- Aprovara o regimento interno da entidade e suas emendas.
- Eleger entre seus membros a diretoria e o conselho fiscal.

4) Estudar e aprovar balanços e orçamentos.

Thom de Mineira Campos

- Resolver casos omissos.
- a) A Assembleia Geral reunirá ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando necessário for.
- b) A convocação para a assembleia geral deverá ser feita com antecedência de dez dias através de comunicado por escrito ou publicações a ser fixada em lugar de costume e frequência dos associados.
- c) A Assembleia geral extraordinária será convocada com dez dias de antecedência sempre que a diretoria ou 1/3 dos associados julgar conveniente.
- d) O quórum mínimo para o início da reunião da assembleia geral será metade mais um dos associados na convocação ou em segunda convocação com intervalo de meia hora com os associados presentes.
- e) O quórum da assembleia geral extraordinária que decidir sobre destituição da diretoria ou alteração do estatuto terá que ser obrigatoriamente a metade mais um dos associados em dia com suas obrigações sociais.

Artigo 5°

A diretoria é o órgão executivo da associação e terá mandato de quatro anos, trocando de pleito sempre no mês de janeiro, podendo ser reeleito todos ou parte dos seus membros, e também o conselho fiscal. Procederá a escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade.

Artigo 6º

Compete a diretoria.

- a) Cumprir e fazer cumprir o estatuto.
- b) Organizar, administrativamente a associação.
- c) Realizar reuniões ordinárias e extraordinárias observando o estatuto.

Artigo 7°

A diretoria se constituirá os seguintes cargos eletivos:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Vice-Secretário;
- e) Tesoureiro;
- f) Vice Tesoureiro;
- g) 3 Fiscais;
- h) 1 Diretor Social.

Artigo 8°

Compete ao Presidente:

a) Representar a associação ativa e passivamente em juízo ou de fora dele.

Thon de Ollarina Campos
Advergedo
OABIMG 59 164

- (12) ões, (1)
- b) Assinar juntamente com o tesoureiro os documentos e recibos de donativos, subvenções, doações ou quaisquer outros que refere à movimentação financeira.
- c) Presidir, convocar reuniões da Associação e sua diretoria.

Artigo 9°

Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos.
- Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término, prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Artigo 10°

Compete ao secretário:

- a) Redigir as atas das seções da diretoria e assembleias gerais.
- b) Cuidar das correspondências.
- c) Administrar a secretaria, arquivos e livros.
- d) Assinar as atas de todas as reuniões e atos de natureza administrativa da entidade.

Artigo 11°

Compete ao Vice-Secretário:

a) Substituir o secretário em suas faltas e impedimentos.

Artigo 12°

Compete ao Tesoureiro:

- a) Organizar e gerenciar a tesouraria.
- b) Responder pela guarda dos bens e valores pertencentes à entidade.
- c) Promover e fiscalizar as cobranças das mensalidades.
- d) Assinar junto ao presidente os documentos de recebimentos de donativos e subvenções dos poderes públicos e de outras origens.
- e) Assinar junto o presidente os cheques de movimentação bancária.
- f) Manter depósitos e fundos sociais da entidade.
- g) Responder pela contabilidade e manter em dia os livros de escrituração.
- h) Preparar e submeter a associação aos balancetes mensais e balanço anual.

Artigo 13º

Compete ao Vice Tesoureiro:

a) Substituir o tesoureiro em suas faltas e impedimentos.

Artigo 14º

O Conselho Fiscal constituir-se-á de três associados que não façam parte da diretoria. Seu mandato será de quatro anos e coincidirá com o mandato da diretoria, podendo ser recleito

Roberto Anu Donner Cono

ABIMG 59 16

para novo mandato os atuais membros. Deverá reunir-se sempre em janeiro de cada ano para apreciação das contas.

Artigo 15°

Nenhum membro da diretoria ou conselho fiscal poderá ser remunerado pela entidade.

- a) As despesas da diretoria geradas para o beneficio da associação serão costeadas pelo caixa da entidade.
- b) Caso não haja disponibilidade de verba em caixa para o custeio das despesas, esse valor será dividido entre os sócios da entidade que se disponibilizar a emprestar o dinheiro ou bem, até que a associação esteja em condições para o seu pleno desenvolvimento.

Dos Sócios

Artigo 16°

Poderão ser sócios da Associação todos aqueles que residirem na Fazenda Vargem Bonita ou circunvizinhas, e simpatizantes que tiverem vinculo com a comunidade do Paiol, preenchendo formulário de adesão, mantendo-se fiel a entidade e contribuindo com a mensalidade prevista.

Artigo 17°

É direito do sócio:

- a) Participar de todas as Assembleias Gerais, reuniões ou qualquer outra atividade da entidade.
- b) Votar e ser votado para qualquer órgão eletivo da Associação.

Artigo 18°

É dever do Sócio:

- a) Cumprir e fazer cumprir o estatuto, estar em dia com as mensalidades.
- b) Defender a Associação ajudando para um bem comum.

Artigo 19°

Os sócios serão classificados em duas categorias:

- a) Efetivos: Todos aqueles que fizerem parte da Associação inscritos na Diretoria ou Conselho Fiscal.
- b) Honorários: Aqueles que reconhecidamente contribuírem na comunidade e cujo nome seja aprovado em Assembleia Geral.

Artigo 20°

O número de sócios será ilimitado.

Artigo 21°

A eliminação de sócios dar-se-á por determinação da Diretoria com aprovação da Assembleia Geral nos seguintes casos:

a) Deixar de comparecer às reuniões por período de seis meses sem justificativa.

b) Que comprovadamente atuarem contra os interesses da entidade.

**OAB/MG 59 164** Robuto ferus yomorano

(14)

c) Desrespeitar o presente Estatuto.

## Capítulo III

Eleição da Diretoria

Artigo 22°

As eleições da Diretoria serão realizadas por voto secreto em Assembleia Geral convocada para tal. Poderão ser votados os sócios os que estiverem atuantes na entidade e em dia com suas obrigações.

Artigo 23°

A Diretoria devera iniciar o processo eleitoral dois meses antes do término do mandato comunicando aos associados.

Artigo 24°

Após a fixação do edital serão recebidas as inscrições das chapas para concorrer às eleições até quinze dias antes da votação. Será vencedora a chapa que obter maior número de votos.

#### Capitulo IV

Patrimônio e Receita

Artigo 25°

O patrimônio da entidade constituir-se-á dos bens móveis e imóveis que possua, doações e subvenções públicas ou privadas, ações e apólices de dívida pública.

Artigo 26°

A receita da entidade será oriunda de:

- a) Mensalidade dos sócios. b) Subvenções e auxílios de qualquer espécie.
- c) Arrecadação em campanhas e festividades.

Artigo 27°

A dissolução da entidade somente poderá ser levada a efeito, mediante voto favorável de 2/3 dos sócios presentes em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária convocada para tal fim, e com antecedência de trinta dias.

Artigo 28°

Em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

## Capítulo V

Disposições Gerais

Artigo 29°

Os membros da entidade responderão pelas obrigações contratadas pela Associação, principalmente a Diretoria.

Artigo 30°

Roberto Aller Congression de Oliveira Compos Advogado OABING 59 164 Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral.

Artigo 31°

Fica eleito o fórum da comarca de Unaí - MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Estatuto.

Artigo 32°

Deverá qualquer membro da Diretoria renunciar ao seu cargo, a partir do momento que venha pleitear junto a um partido político sua candidatura.

Artigo 33°

Este estatuto entrará em vigor na data de seu registro no órgão competente.

Unai,15 de março de 2018.

Ilton de Oliveire Camp

Advegado OABIMG 59 164 Robut of Luci Course



# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

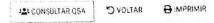
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

	REPÚBLICA FEI	DERATIVA DO	BRASI	L	
	CADASTRO NACION	IAL DA PESSO	A JURÍD	ICA	
I MERO DE NSCRIÇÃO 22.849.390/0001-01 RATRIZ	COMPROVANTE DE	INSCRIÇÃO E DE ADASTRAL	SITUAÇÃ	0 04'A OF AGENTU 07'04'2015	RA
ASSOCIACAO RURAL	DO PAIOL				
TOUGHT STEET AND LEEDINGS	TO ALKE THE PARTICIPATION				DEMAIS
COGG E DESCRIÇÃO DA AT	INICADE ECONÔMICA PERMOPAL I de associações de defesa de di	reitos sociais			
94.99-5-00 - Atividades	atvolces econtracas securoleus s de organizações associativas ti s associativas não especificadas	gadas à cultura e à art anteriormente			
94.93-6-00 - Atividades 94.99-5-00 - Atividades Cócigo e descriz Asion M 399-9 - Associação Pri 10-2000-83 CH MOSANA	s de organizações associativas li s associativas não específicadas atmieta colonia	gadas à cultura e a art anteriormente	(CONTENS)	E GEM BONITA;	
94,99-5-00 - Atividades Cóciscie descrição Ania 399-9 - Associação Pri	s de organizações associativas li s associativas não específicadas atmieta colonia	anteriormente	(CONTENS)	GEM BONITA,	MG MG
94.99-5-00 - Atividades  CCCAPASE CESCHI, AD DA NO. 399-9 - ASSOCIAÇÃO Pri 1072000.40 CH MOSANA  CEP 38.610-000	s de organizações associativas la a associativas não específicadas atuneza LEIDOSA ivada	S/N	FAZ VAR	GEM BONITA,	
94.99-5-00 - Atividades  CCCAPASE CESCHI, AD DA NO. 399-9 - ASSOCIAÇÃO Pri 1072000.40 CH MOSANA  CEP 38.610-000	s de organizações associativas la sassociativas não específicadas atimeta lenoida ivada    HAMPIDEMENTING   ZONA RURAL     DOPAIOL@GMAIL.COM	SIN MOTICATE UNAI	FAZ VAR	GEM BONITA,	
94.99-5-00 - Atividades COCARO E EESCHE AG OA NO 399-9 - ASSOCIAÇÃO Pri 10/30/00-40 CH MOSANA CEP 38.610-000 EMERICO ELETRO ACO ASSOCIACA OR URAL UNTE FEZURA INGRESOCIA	s de organizações associativas la sassociativas não específicadas atimeta lenoida ivada    HAMPIDEMENTING   ZONA RURAL     DOPAIOL@GMAIL.COM	SIN MOTICATE UNAI	FAZ VAR	GEM BONITA;	MG
94,99-5-00 - Atividades COCIGO E CESCHE AG DA NA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRI COSCIDOUAL CH MOSANA  CEP 38,610-000  EMERICO ELETRO ACO ASSOCIACA ORURAL UNTE PERRAINO BESPON	S de organizações associativas la sassociativas não específicadas atimeta lenoida (vada a comprehensional comp	SIN MOTICATE UNAI	FAZ VAR	GEM HONITA;	MG

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 22/02/2021 às 15:47:43 (data e hora de Brasilia).

Página. 1/1



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>.



Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2019, às 8:00 horas da manhã foi montada a comissão para apuração da votação da eleição desta associação. Foram designadas as seguintes pessoas para compor este conselho fiscal: Bruno Fagner Pereira da Cruz, Murilo da Costa Rodrigues e Monielle Ribeiro Damasceno para serem conselheiros fiscais da presente eleição que terá encerramento às 18:00 horas. Após conferido todos os votos a chapa que irá compor a nova diretoria foi aprovada por unanimidade pelos sócios em dia com a associação. A nova diretoria ficou composta por: Presidente: Vanderlei Martins Peres, Vice-presidente: José Beto Moreira dos Santos; Secretária: Luciana Martins Ferreira; Vice-secretário: João Domingos Bitarães Latini: Tesoureiro: Walison Francisco Rocha; Vice Tesoureiro: Adriano Martins de Souza; Diretor Social: Edeni Martins de Souza; Primeiro Fiscal: Valdivina Pereira da Silva; Segundo Fiscal: Wilham Martins de Souza; Terceiro Fiscal: Adriano Ferreira das Neves. Foram aprovados por 24 votos válidos. Nada mais a tratar eu Antônia Cecília de Avelar Damasceno, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os presentes, será devidamente assinada. Vanderlei Martins Peres, Monielle Ribeiro Damasceno, Luciana Martins Ferreira, Edeni Martins de Sousa, João Domingos Bitarães Latini, Walison Francisco Rocha, Bruno Fagner Pereira da Cruz, Murilo da Costa Rodrigues. Em tempo: logo após a apuração dos votos, a chapa vencedora tomou posse e o nome dos eleitos seguem com os respectivos documentos (RG e CPF). Vanderlei Martins Peres: RG - 1 339 798 SSPDF e CPF - 686 683 096 68; José Beto Moreira dos Santos: RG - 2 153 385 SSPDF e CPF - 259 616 878 21, Luciana Martins Ferreira: RG - MG 11 827 404 e CPF - 054 209 606 48 , João Domingos Bitarães Latini: RG - MG 16 870 411 e CPF - 102 282 666 29; Walison Francisco Rocha: RG - MG 11 484 181 e CPF - 036 399 687 97; Adriano Martins de Souza: RG - 16 831 979 e CPF - 091 671 066 17 ; Edeni Martins de Souza: RG - 1 909 188 DF e CPF - 852 224 371 91 : Valdivina Pereira da Silva: RG - 1 508 872 DF e CPF - 728 936 486 49; Wilham Martins de Souza: RG - MG 7 406 3 6 6 e CPF - 002 445 616 05 e Adriano Ferreira das Neves: RG - 2 534 521 SSPDF e CPF - 083 745 616 96

Affinis ()



CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.190/0001-16 Inscr. Estadual 062.322138.0087 Av. Barbacena, 1200 - 17º Ander -A Sanko Agosticino - CEP 30.190-131

14732

Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica Série: U1 NF: 187898567 Controle:

02.115/R4SODBA984/0042

Tanta Social de Escreia Elétrica - ISEE criado pela Emissão. 06/63/2026 | Implessão: 10/63/2020 68:21:22 lei a" 10.458 de abril de 2062 Emissão autorizada polo Regime Especial/FTA Nº 45,000009762,37 - SEF/MG

VANDERLEI MARTINS PERES

Nº DO CLIENTE:

7008665407

RUA DJALMA TORRES 671 AP 203 CACHOEIRA UNAI - MG CEP: 38610-259

Classe Seridentia! RESIDENCIAL 3010659424 Modalidade Tarifária Dates de Leitura Atual Próxima Tarifa Convencional 13/02 | 06/03 | 03/04

MEDIDOR Nº: APD118020704 Leitura Anterior Tho de Medição

127 14859

**VALORES FATURADOS** Quantidade

Valor (R\$) Preço 0.9466508 120,20

Descrição Energia Elétrica kWh

Energia Elétrica

127 ENCARGOS/COBRANÇAS

Valor R\$ 6,91

Descrição Contrib.Custeio Ilum. Pública

TARIFAS APLICADAS(Sem Impostos)

Energia Elétrica kWh

0,62833000



CPF: 686.683.096-68

Pág 1 de 1

RESERVADO AO FISCO C4EB.835B.D0E4.BAD4.F674.5D7D.FA7D.065E

REFERENTE A MAR/2020			VENCIM 11/04/		VALORA PAGAR R\$ 127,11	
ICMS PASEP COFINS		120,20 120,20 120,20		Aliquota%: 30 0.92 4.26	Nation (RS):  R\$ 36,06  R\$ 0.77  R\$ 3,58	
COTTO	Histórico	do Consumo		REAVISO DE CONT	AS YENCHAS / DEBITOS ARTERIORES	
Mās/Aba TEV/2020 JAN/2020 DEZ/2019 NOV/2019 OUT/2019 SET/2019 JUL/2019 JUL/2019 JUN/2019	Consumo kWh 0 0 0 0 0 0 0 0	Media 1777/642 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,	Dias de Fateram. 8 0 0 0 8 8			
ABR/2013 MAR/2019		8,84 8,00	Informaçã	Comit		

Tarila vigente conformo Res Ancel nº 2.550, de 21/05/2019.

rellia rigente contormo nes enece n 2.000, de establedes. FEV/2020 Band. Verde - MARV2020 Band. Verde O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais rigertes (multas) e/ou alcalização linanceira (juros)baseadas no vencimento das mesmas É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre alvalizados e informar alterações da atividade

Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br Leitura realizada com. calendário de faturamento.

RECEBA SUA FATURA DE ENERGIA POR E-MAIL DE FORMA FÁCIL, RAPIDA E SEGURA. ACESSE AGORA www.cemig.com.br

CO.	7	4	24	-
2 2		w	3.4	***
	-	81	10.4	w

CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO

VENCIMENTO 11/04/2020

TOTAL A PAGAR R\$ 127,11

008089542180 MAR/2020 AF DA PETITAGAN

93616666661-4 27118138668-1 19618687111-3 08689542180-6





# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIAÇÃO RURAL DO PAIOL

CNPJ: 22.849.390/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 13:58:14 do dia 29/10/2019 <hora e data de Brasília>. Válida até 26/04/2020.

Código de controle da certidão: 6FE9.5E94.2E8A.4FE3 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RURAL DO PAIOL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 22.849.390/0001-01 Certidão nº: 31877598/2020

Expedição: 02/12/2020, às 18:03:35

Validade: 30/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO RURAL DO PAIOL (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 22.849.390/0001-01, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

## INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 23/12/2020

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 23/03/2021

NOME: ASSOCIACAO RURAL DO PATOL

CNPJ/CPF: 22.849.390/0001-01

LOGRADOURO: QUADRA D

COMPLEMENTO:

BAIRRO: RURALMINAS

CEP: 38610000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: UNAI

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;
- 2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO
	Contract Contract	ada através de aplicativo disponibilizado pela

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2020000438697989





## Prefeitura Municipal de Unai

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

# CERTIDÃO NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E A DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

RAZÃO SOCIAL:

ASSOCIAÇÃO RURAL DO PAIOL

CNPJ:

22.849.390/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal apurar, efetuar lançamentos e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas posteriormente à data de emissão da presente certidão, de modo especial aqueles decorrentes de ultima ação nos termos da Lei Complementar 123 de 14-12-2006 (Simples Nacional), CERTIFICA-SE que não constam, até esta data, pendências em nome do Contribuinte acima identificado, relativas a débitos de competência e administrados pelo Poder Público Municipal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta municipalidade e a créditos tributários referentes à Fazenda Pública Municipal.

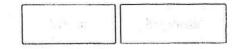
Emitida em: 22/02/2021 15:34:35

Válida até o dia: 24/03/2021

Código de controle da certidão: 5B34FDE8CB1BB69288C4

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Unai







#### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

22.849.390/0001-01

Razão Social: ASSOCIACAO RURAL DO PAIOL

Endereço:

CH MOSANA SN FAZ VARGEM BONITA / ZONA RURAL / UNAI / MG /

38610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:12/02/2021 a 13/03/2021

Certificação Número: 2021021202453846782596

Informação obtida em 22/02/2021 15:44:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica Série: U1 NF: 187898567

Controle: 02.115/R4SOOBA964/0042

Emissão, 86/03/2026 | Impressão: 66/03/2070 08:21:22 Emissão arterizada pelo Regime Especial/FIA Nº 45.000009762.37 - SEF/MG

Tarita Secial de Eusepia Elétrica - ISEE criado pela 7 - SEFABG Lei nº 10.458 de abril de 2062

Nº DO CLIENTE: 7008665407 VANDERLEI MARTINS PERES Nº da Instalaçã RUA DJALMA TORRES 671 AP 203 RESIDENCIAL 3010659424 Sifásico Modalidade Tarifària CACHOEIRA Dates de Leitura UNAI - MG Atual Tarifa Convencional CEP: 38610-259 03/04 13/02 06/03 MEDIDOR Nº: AP0118020704

127 14859 14732 Energia Elétrica **VALORES FATURADOS** Valor (R\$) Preço Quantidade

Descrição 127 Energia Elétrica kWh **ENCARGOS/COBRANÇAS** 

120,20 Valor R\$

Descrição Contrib.Custeio Ilum. Pública TARIFAS APLICADAS(Sem Impostos) 6,91

Energia Elétrica kWh

0,62933000

0.9466500



CPF: 686.683.096-68

Pág 1 de 1

RESERVADO AO FISCO C4EB.035B.D0E4.BAD4.F674.5D7D.FA7D.065E

REFERENTE A MAR/2020			VENCIM 11/04/		VALOR A PAGAR R\$ 127,11
ICMS PASEP COFINS	Base	120,20 120,20 120,20 120,20 do Consumo		Aliquota%: 30 0.92 4.26 REAVISO DE CONT	Voice (RS):  R\$ 36.06  R\$ 0.77  R\$ 3.58  TAS VENCIOAS J DÉBITOS ANTERIORES
M65/Am FEV/2028 JAN/2020 DEZ/2019 NOV/2019 OUT/2019 JUL/2019 JUL/2019 JUN/2019 MAI/2019 ABR/2019 MAR/2019	Consumo	Media 1:Wa/dia 0.08 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	Dias de Falmasa 8 0 0 0 8 0 8 0 0		

Tarila vigente conforme Res Aneel nº 2.550, de 21/05/2019.

ratus vigente comorno nos Aneci nº 2.000, de 21/00/2019. FEV/2020 Band, Verde - MAR/2020 Band, Verde O pagamento desta conta não quita débilos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros)baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar atterações da atividade

exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando wxx.cemig.com.br Leitura realizada com. calendário de faturamento.

RECEBA SUA FATURA DE ENERGIA POR E-MAIL DE FORMA FÁCIL, RÁPIDA E SEGURA. ACESSE AGORA www.cemig.com.br

•	CÓCIGO DE DÉBITO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
CIMIG	008089542180	11/04/2020	R\$ 127,11
	REFERENCEA MAR/2020	MONTH STUDEN	U053424

83610000001-4 27110138000-1 19618687111-3 08089542188-8

# (26) (8)

# RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO RURAL DO PAIOL CNPJ 22,849,390/0001-01

RG: 1.339.789	Órgão expedidor: SSP/DF	CPF: 686.683.096-68
(U. 1.339.76)	Olgao expediadi. dari d	

Nome completo: LUC	ANA MARTINS FERREIRA	Cargo: 1º Secretária
RG: 11.827.404	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 054.209.606-48
Endereço FAZENDA	PAIOL	

RG: 16.870.411	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 102.282.666-29
KU. 10.870.411	Organ expedition	

Nome completo: WAL	ISON FRANSISCO ROCHA	Cargo: 1º Tesoureiro
RG: 11.484.181	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 036.399.686-97
Endereço: FAZENDA	PAIOI	

Nome completo: ADR	IANO MARTINS DE SOUZA	Cargo: 2º Tesoureiro
RG: 16.831.979	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 091.671.066-17
Endereço: FAZENDA	PAIOL	

Unai, 19 de pryembro de 2020.

VANDERLEI MARTINS PERES Presidente CPF: 686.683.096-68



# RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO RURAL DO PAIOL CNPJ 22.849.390/0001-01

	200.00	CPF: 852.224.371-91
RG: 1.909.188	Órgão expedidor: SSP/DF	CPF. 632.224.371=21

Nome complete. 17th	DIVINA PEREIRA DA SILVA	
RG: 1.508.872	Órgão expedidor: SSP/DF	CPF: 728.936.486-49
Endereço: FAZENDA		

Unai, 19 de no tempro de 2020.

VANDERLEHMARTINS PERES Presidente CPF: 686.683.096-68



# **DECLARAÇÃO**

Eu, Vanderlei Martins Peres, brasileiro, portador do RG: 1.339.789 SSP/MG e do CPF: 686.683.096-68, na qualidade de dirigente da Associação Rural do Paiol CNPJ 22.849.390/0001-01, DECLARO, sob as penas da lei, que, dentre os dirigentes da organização da sociedade civil e seus cônjuges ou companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, não há membro de Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unaí.

Unai, 19 de novembro de 2020.

VANDERLEI MARTINS PERES Presidente CPF: 686.683.096-68

# (29)

# DECLARAÇÃO

Eu, Vanderlei Martins Peres, brasileiro, portador do RG :1.339.789 SSP/MG e do CPF: 686.683.096-68, na qualidade de dirigente, da Associação Rural do Paiol, CNPJ n° 22.849.390/0001-01, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não tem, entre seus dirigentes, pessoas: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos l, II e III, do artigo 12, da Lei Federal n° 8.429/1992.

Unai, 19 de novembro de 2020.

VANDERLEI MARTINS PERES Presidente CPF: 686.683.096-68

# (30)

# DECLARAÇÃO

Eu, Vanderlei Martins Peres, brasileiro, portador do RG:1.339.789 SSP/MG e do CPF: 686.683.096-68, na qualidade de dirigente, da Associação Rural do Paiol, CNPJ nº 22.849.390/0001-01, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não tem, entre seus dirigentes, pessoas: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.

Unai, 19 de novembro de 2020.

VANDERLEI MARTINS PERES Presidence CPF: 686.683.096-68



# DECLARAÇÃO

Eu, Vanderlei Martins Peres, brasileiro, portador do RG:1.339.789 SSP/MG e do CPF: 686.683.096-68, na qualidade de dirigente da Associação Rural do Paiol, CNPJ nº 22.849.390/0001-01, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não contratará nem remunerará, a qualquer título, com os recursos repassados, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unaí.

Unai, 19 de novembro de 2020.

VANDERLEI MARTINS PERES Presidente CPF: 686.683.096-68



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Atestamos para os devidos fins que a Associação Rural do Paiol, inscrito(a) no CNPJ nº 22.849.390/0001-01, com sede na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, Chácara Mozana S/N área rural, possui capacidade técnica e operacional para a execução das atividades de e/ou projetos constantes da proposta de parceria com o Município de Unaí e o cumprimento das metas estabelecidas.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Unai, 19 de novembro de 2020.

VANDER LEI MARTINS PERES
Presidente CPF: 686.683.096-68



## LEI N.º 3.098, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

Reconhece de utilidade pública a Associação Rural do Paiol.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Rural do Paiol, entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social e socioeducativo, de duração por tempo indeterminado, fundada em 7 de abril de 2015, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 22.849.390/0001-01.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 23 de agosto de 2017; 73º da Instalação do Município.

JOSÉ GOMES BRANQUINHO Prefeito



# ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Atestamos para os devidos fins que a Associação Rural do Paiol, inscrito(a) no CNPJ nº 22.849.390/0001-01, com sede na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, Chácara Mozana S/N área rural, possui capacidade técnica e operacional para a execução das atividades de e/ou projetos constantes da proposta de parceria com o Município de Unaí e o cumprimento das metas estabelecidas.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Unai, 19 de novembro de 2020.

VANDERLEI MARTINS PERES Presidente CPF: 686.683.096-68



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



# ATESTADO DE REGULARIDADE DE FUNCIONAMENTO

Atesto para os devidos fins que Associação Rural Do PAIOL S/N-Zona Rural Município de Unaí Estado de MG, inscrita no CNJ: 22.849.390/0001-01, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, desde 07 de abril de 2015, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais no que concernem as atividades assistenciais beneficentes e filantrópicas, sendo sua Diretoria constituída por pessoas idôneas, com o mandato de 24/02/2019 a 24/01/2023, composta dos seguintes membros:

Presidente: Vanderlei Martins Peres

CPF: 686.683.096-68 RG:1.339.798 SSP/DF

Vice-Presidente: Jose Beto Moreira dos Santos

CPF: 259.616.878-21 RG: 2.153.385 SSP/DF

Secretário: Luciana Martins Ferreira

CPF: 054.209.606-48 RG: 11.827.404 SSP/MG

Vice Secretário: João Domingos Bitarães Latini

CPF: 102.282.666-29 RG: 16.870.411 SSP/MG

Tesoureiro: Walison Francisco Rocha

CPF: 036.399.687-97 RG: 11.484.181 SSP/MG

Vice Tesoureiro: Adriano Martins de Souza

CPF: 091.671.066-17 RG: 16.831.979 SSP/MG

Atesto, outrossim, que a ferida entidade não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma, destinado a totalidade das rendas apuradas no entendimento beneficente e gratuito de suas finalidades.

A diretoria é composta por pessoas idôneas

Unai (MG), 27 de abril de 2020.

VEREADOR Paulo Cesar Rodrigues Presidente da Câmara Municipal de Unai



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



# ATESTADO DE REGULARIDADE DE FUNCIONAMENTO

Atesto para os devidos fins que Associação Rural Do PAIOL S/N-Zona Rural Município de Unaí Estado de MG, inscrita no CNJ: 22.849.390/0001-01, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, desde 07 de abril de 2015, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais no que concernem as atividades assistenciais beneficentes e filantrópicas, sendo sua Diretoria constituída por pessoas idôneas, com o mandato de 24/02/2019 a 24/01/2023, composta dos seguintes membros:

Presidente: Vanderlei Martins Peres

CPF: 686.683.096-68 RG:1.339.798 SSP/DF

Vice-Presidente: Jose Beto Moreira dos Santos

CPF: 259.616.878-21 RG: 2.153.385 SSP/DF

Secretário: Luciana Martins Ferreira

CPF: 054.209.606-48 RG: 11.827.404 SSP/MG

Vice Secretário: João Domingos Bitarães Latini

CPF: 102.282.666-29 RG: 16.870.411 SSP/MG

Tesoureiro: Walison Francisco Rocha

CPF: 036.399.687-97 RG: 11.484.181 SSP/MG

Vice Tesoureiro: Adriano Martins de Souza

CPF: 091.671.066-17 RG: 16.831.979 SSP/MG

Atesto, outrossim, que a ferida entidade não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma, destinado a totalidade das rendas apuradas no entendimento beneficente e gratuito de suas finalidades.

A diretoria é composta por pessoas idôneas

Unai (MG), 27 de abril de 2020.

VEREADOR Paulo Cesar Rodrigues Presidente da Câmara Municipal de Unai



### PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ

COMUNICADOS	PÁGINA:	2 de 3
Mostrando 1 até 11 de 11 registros	DATA:	11-03-2021

### ASSOCIAÇÃO DO PAIOL

CNPI: 02-03-2021 14:48:04

ENDEREÇO: CHACARA MOZANA S/N ZONA RURAL S/N • ZONA RURAL • UNAI/MG • CEP: 38610000 CONTATO: (38)-9994-3302 (38)-99917-1815 ceciliaavelar@hotmail.com

THAIS COSTA BRAGA • 23-02-2021 10:19:17 **Assunto: EMENDAS MUNICIPAIS -**Documentação Obrigatória

### 3° e ULTIMA NOTIFICAÇÃO

A Comissão analisou a documentação anexada e constou as seguintes pendências:

ESTATUTO REGISTRADO E SUAS EVENTUAIS ALTERAÇÕES (ART. 33 LEI FEDERAL № 13.019/2014), O documento está correto, contudo a data de vencimento na Plataforma está errado, documentos que não possuem data de validade, favor lançar na plataforma com data 30/12/2021. Ressalta-se que o documento também não está encerrado, sendo assim não conseguimos reprovar o mesmo.

CPT = RG DO REPRESENTANTE DA OSC - Anexaram o comprovante de residência no lugar do CPF e RG.

ENDEREÇO RESIDENCIAL DO DIRIGENTE DA OSC - Anexaram o CPF e RG no lugar do comprovante de residência.

Todas as CND foram lançadas com data errada na plataforma.

ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO, não anexaram o documento ou não "encerram na plataforma".

INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL PERTINENTE À SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, não anexaram o documento na plataforma.

DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI INSTALAÇÕES ADEQUADAS e COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA, NA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA, não são documentos obrigatórios então não é necessário anexar, mas caso a OSC opte por anexar deverá estar correto.

Para concluir o processo de análise dos documentos obrigatórios (não inseridos ou não aprovados) a OSC deve "INSERIR" e alterar o status pra "ENCERRADO" nos "Arquivos da OSC" até às 23h59min do dia 28/02/2021.

Caso a OSC não atenda a essa última notificação, o Relatório de Análise dessa Comissão será concluído considerando o não atendimento de requesito obrigatório (documentos) para a celebração de parceria com o Município de Unaí.

Aten-osamente,

Comissão de Seleção Decreto Municipal nº 5.494/2021.

ASSOCIAÇÃO DO PAIOL • 22-02-2021 15:22:13

Boa tarde, gostaria de fazer alteração no cod 224 desta osc para consertar e anexar um documento.

KAYOUE ALVES CAXITO • 18-02-2021 14:42:21

A Comissão de seleção reuniu para a conferência de documentos, e averigou a documentação não foi inserida pela entidade, sendo assim estamos notificando a mesma a apresentar a documentação com o prazo máximo de 2 dias úteis (até às 23:59min do dia 22\02\2021), o não cumprimento resultará em reprovação da entidade. FAVOR SE ATENTAR QUE AO INSERIR AS DOCUMENTAÇÕES, A ENTIDADE PRECISA ENCERRAR NA PLATAFORMA, DO CONTRÁRIO NÃO CONSEGUIREMOS APROVAR OU REPROVAR O MESMO.

JUSSARA SILVA COUTO CRUZ • 16-02-2021 09:52:31

Prezados Senhores, Ao receber um "Comunicado" da administração municipal, após ler o conteúdo/orientação,

por gentileza dê ciência, clicando no botão "Não Lida" no Histórico de Mensagens

ROSILENE FERREIRA MORATO • 12-02-2021 10:01:41

Comissão de seleção averigou a maioria da documentação foi inserida pela entidade, porem não enviou para analise, sendo assim estamos notificando a mesma a apresentar a documentação com o prazo máximo de 03 dias úteis, o não cumprimento resultará em reprovação da entidade. FAVOR SE ATENTAR QUE AO INSERIR AS DOCUMENTAÇÕES, A ENTIDADE PRECISA ENCERRAR NA PLATAFORMA, DO CONTRÁRIO NÃO CONSEGUIREMOS APROVAR OU REPROVAR O MESMO.

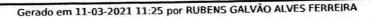
227

258

265

110

168





### PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ

COMUNICADOS	PÅGINA:	3 de 3
Mostrando 1 até 11 de 11 registros	DATA:	11-03-2021

### ASSOCIAÇÃO DO PAIOL

CNPJ: 02-03-2021 14:48:04

ENDEREÇO: CHACARA MOZANA S/N ZONA RURAL S/N • ZONA RURAL • UNAI/MG • CEP: 38610000 CONTATO: (38)-9994-3302 (38)-99917-1815 ceciliaavelar@hotmail.com

ALICE LOPES SOUTO TOMAZ • 11-02-2021 13:45:33

**Emendas Parlamentares Municipais 2021** 

**FASE 1: CADASTRAMENTO** 

Ontem 10/02/2021 iniciou-se a análise da Documentação Obrigatória inserida até o dia 09/02/21 pelas OSC's Beneficiárias de Emenda Parlamentar Municipal para o ano de 2021.

Informamos que o meio de comunicação será exclusivamente pela Plataforma Eletrônica (não haverá contato telefônico. nem por e-mail). Portanto. fiquem atentos: 1. aos prazos do Calendário (iá publicado em "Notícias" na página inicial): 2. às notificações da Comissão de Seleção. guanto aos documentos apresentados ou a ausência deles (acessar a plataforma todos os dias); e

s prazos para o atendimento das notificações.

Cronog	rama	
Etapas	Prazo	Ação
10	01 a 09/02/21	Inserção da Documentação obrigatória na Plataforma pelas OSC's
1º Fase	10 a 24/02/21	Análise da Comissão de Seleção (documentação obrigatória): Aprovação (p/ fase 2) ou Reprovação (Impedimento Técnico)

ATENÇÃO!

**FASE 2: PLANO DE TRABALHO** 

As OSC's que na Fase 1 estiverem com toda a documentação obrigatória "Aprovada", passará para a Fase 2, que trata da inserção das informações da Proposta/Plano de Trabalho referente ao objeto da emenda.

Cronoc	rama	
Etapas	Prazo	Ação
2ª	25/02 a 07/03/21	Inserção das Propostas (Plano de Trabalho) das OSC's com documentação obrigatória aprovada pela Comissão de Seleção
Fase	08/03 a 19/04/21	Análise do Plano de Trabalho (Relatório da Comissão de Seleção, Parecer Técnico e Jurídico)

ALICE LOPES SOUTO TOMAZ • 01-02-2021 16:42:54

Emendas Parlamentares Municipais 2021 – Cadastramento. ATENÇÃO!!! As OSC's ao inserir os documentos obrigatórios nos "Arquivos da OSC", deve: 1) colocar a data de 31/12/2021 para validade final do documento que não tem validade definida no próprio documento. 2) ao final, alterar o "status" do documento pra "Encerrado", pois só assim será possível a visualização pela administração municipal. Importante: a) Visualizarem o Vídeo de instrução da Plataforma, acessando a aba "manual", e b) Acessar a aba "Instruções" pra obter orientações sobre a inserção da proposta.

35

84



Aten-osamente Cecília

### PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ

COMUNICADOS	PÁGINA:	1 de 3
Mostrando 1 até 11 de 11 registros	DATA:	11-03-2021



### ASSOCIAÇÃO DO PAIOL

CNPJ: 02-03-2021 14:48:04

ENDEREÇO: CHACARA MOZANA S/N ZONA RURAL S/N • ZONA RURAL • UNAI/MG • CEP: 38610000 CONTATO: (38)-9994-3302 (38)-99917-1815 ceciliaavelar@hotmail.com

HISTÓRICO DE MENSAGENS	
	Cód.
THAIS COSTA BRAGA • 02-03-2021 14:48:04	
Assunto: EMENDAS MUNICIPAIS -	
FASE 1: DOCUMENTAÇÃO REPROVADA!	
A Comissão concluiu o processo de análise da fase 1, atestando que após três notificações a OSC teve alguns DOCUMENTOS	331
APRESENTADOS EM DESACORDO com a legislação pertinente.	
Atenciosamente,	
Comissão de Seleção	- 1
ß .to Municipal n° 5.494/2021.	- 251
THAIS COSTA BRAGA • 24-02-2021 15:47:39	44-1
Boa tarde,	294
A comissão analisou novamente a documentação apresentada, e ainda consta pendências, favor verificar o check list. Ressalto que a OSC tem até 23h59min do dia 28/02/2021 para fazer as devidas alterações.	
THAIS COSTA BRAGA • 23-02-2021 13:32:45	
Boa tarde,	
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO - o comprovante de endereço tem que ser da sede da assossiação, caso não possuam comprovante de endereço, façam uma declaração, declarando o endereço da associação assinada pelo presidente.	276
INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL PERTINENTE À SUA ÁREA DE ATUAÇÃO - caso a Associação não possua esse documento, recomendamos que procurem a Secretaria de Agricultura, situada na Rua: Juvencio Correia s/n Bairro Jacilandia.	210
DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI INSTALAÇÕES ADEQUADAS - conforme foi orientado, esse documento não é obrigatório, contudo uma vez anexado a comissão precisa analisá-lo, e o documento apresentado não corresponde ao que foi solicitado, é necessário emitir uma declaração constando que a OSC possui instalações adequadas.	
ASSOCIAÇÃO DO PAIOL • 23-02-2021 13:10:43  Boz de, inseri alguns documentos que estavam pendentes, aguardo instruções, desde ja agradeço pela extenção de prazo.	275



### PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS PURAIS

CHAMAMENTO PÚBLICO № 20	PAGINA:	1 de 3
ACORDO DE COOPERAÇÃO	DATA:	02-03-2021

ACORDO	DE	COOPERAÇÃO
--------	----	------------

ASSOCIAÇÃO DO PAIOL

CNPJ: 22.849.390/0001-01

**VANDERLEI MARTINS PERES** PRESIDENTE • CPF: 686.683.096-68

ENDEREÇO: CHACARA MOZANA S/N ZONA RURAL S/N • ZONA RURAL • UNAI/MG • CEP: 38610000 CONTATO: (38)-9994-3302 (38)-99917-1815 ceciliaavelar@hotmail.com

### RELATÓRIO COMISSÃO DE SELEÇÃO

(Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 2º, X; art. 27, § 1º) (Versão: Dez.20)

IDENTIFICAÇÃO	
Nº do Processo: <b>02258/2021</b>	Data criação: <b>02-03-2021</b>
Objeto da parceria: CESSÃO DE IMPLEMENTOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLA PRODUTORES RURAIS E À AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICIPIO DE UNAI.	S, COMO FOMENTO E APOIO AOS PEQUENOS
Tipo: ACORDO DE COOPERAÇÃO   Modadidade: Emenda Parlamentar	Valor total da parceria: R\$ 48.666,24

PELAÇÃO DE DOCUMENTOS	Aprovado	
Organização da Sociedade Civil apresentou;	Sim	Não
1.ESTATUTO REGISTRADO E SUAS EVENTUAIS ALTERAÇÕES (ART. 33 LEI FEDERAL № 13.019/2014). CONSTANDO EXPRESSAMENTE: A) OBJETIVOS VOLTADOS À PROMOÇÃO DE ATIVIDADES É FINALIDADES DE RELEVÂNCIA PÚBLICA É SOCIAL; B) À PREVISÃO DE QUE, EM CASO DE DISSOLUÇÃO, O RESPECTIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SERÁ TRANSFERIDO A OUTRA PESSOA JURÍDICA DE IGUAL NATUREZA QUE PREENCHA OS REQUISITOS DA LEI FEDERAL № 13.019/2014 E CUJO OBJETO SOCIAL SEJA, PREFERENCIALMENTE, O MESMO DA ENTIDADE EXTINTA; C) A PREVISÃO DE ESCRITURAÇÃO DE ACORDO COM OS PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE.		x
2. CNPJ INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ EMITIDA NO SITE DA SECRARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, COMPROVANDO SUA EXISTÊNCIA DE 1 (UM) ANO, NO MÍNIMO:	×	
3. ATA DE ELEIÇÃO DO QUADRO DIRIGENTE ATUAL. ATA REGISTRADA EM CARTÓRIO (CÓPIA)	×	
4. CPF E RG DO REPRESENTANTE DA OSC CÓPIA LEGIVEL	×	
6. ENDEREÇO RESIDENCIAL DO DIRIGENTE DA OSC COMPROVANTE ATUALIZADO.	×	
<b>7. CND FEDERAL.</b> CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		×
8. CND TRABALHISTA CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS	×	
9. CND ESTADUAL CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS ESTADUAIS		×
10. CND MUNICIPAL CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRIBUTÁRIOS EMITIDA PELO MUNICÍPIO DE UNAÍ		×
11. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)	x	
12. ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO COMPROVANTE DE FUNCIONAMENTO NO ENDEREÇO POR ELA DECLARADO		x
13. RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE RELAÇÃO ATUALIZADA, COM ENDEREÇO, NÚMERO E ÓRGÃO EXPEDIDOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF DE CADA UM DELES:	×	
14. DECLARAÇÃO DE QUE NÃO HÁ NA OSC MEMBRO DE PODERES  DECLARAÇÃO DE QUE, DENTRE SEUS DIRIGENTES E RESPECTIVOS CÔNJUGES OU COMPANHEIROS E PARENTES EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O SEGUNDO GRAU, NÃO HÁ MEMBRO DE PODER (EXECUTIVO, LEGISLATIVO OU JUDICIARIO) OU DO MINISTERIO PÚBLICO OU DIRIGENTE DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO MUNICÍPIO DE UNAI;	×	



### PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS

CHAMAMENTO PÚBLICO № 20 PÁGINA: 2 de 3

ACORDO DE COOPERAÇÃO DATA: 02-03-2021



ASSOCIAÇÃO DO PAIOL

CNPJ: 22.849.390/0001-01

VANDERLEI MARTINS PERES

PRESIDENTE • CPF: 686.683.096-68

ENDEREÇO: CHACARA MOZANA S/N ZONA RURAL S/N • ZONA RURAL • UNAI/MG • CEP: 38610000 CONTATO: (38)-9994-3302 (38)-99917-1815 ceciliaavelar@hotmail.com

15. DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DA OSC  DECLARAÇÃO DE QUE: A) NÃO ESTÁ INADIMPLENTE COM PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A PARCERIAS  ANTERIORMENTE CELEBRADAS; B) NÃO TEVE AS CONTAS REJEITADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS ÚLTIMOS  CINCO ANOS; C) NÃO TEVE CONTAS DE PARCERIAS JULGADAS IRREGULARES OU REJEITADAS POR TRIBUNAL OU  CONSELHO DE CONTAS DE QUALQUER ESFERA DA FEDERAÇÃO, EM DECISÃO IRRECORRIVEL, NOS ULTIMOS OITO ANOS;  D) NÃO SE ENCONTRA SUBMETIDA AOS EFEITOS DAS SANÇÕES DE: SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E  IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO; DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR  COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; SUSPENSÃO TEMPORÂRIA DA PARTICIPAÇÃO EM CHAMAMENTO PÚBLICO E  IMPEDIMENTO DE CELEBRAR PARCERIA OU CONTRATO COM ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE UNAÍ; OU DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA PARTICIPAR DE CHAMAMENTO  PÚBLICO OU CELEBRAR PARCERIA OU CONTRATO COM ÓRGÃOS E ENTIDADES DE TODAS AS ESFERAS DE GOVERNO,  NEM ESTÁ EM CUMPRIMENTO DE PENALIDADE PASSÍVEL DE IMPEDIMENTO DE CELEBRAÇÃO DE PARCERIA;	x	
16. DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DOS DIRIGENTES DA OSC  DECLARAÇÃO DE QUE NÃO TEM, ENTRE SEUS DIRIGENTES, PESSOAS: A) CUJAS CONTAS RELATIVAS A PARCERIAS  TF 'AM SIDO JULGADAS IRREGULARES OU REJEITADAS POR TRIBUNAL OU CONSELHO DE CONTAS DE QUALQUER  AD A FEDERAÇÃO, EM DECISÃO IRRECORRIVEL, NOS ÚLTIMOS OITO ANOS; B) JULGADAS RESPONSAVEIS POR  FALTA GRAVE E INABILITADA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA, ENQUANTO  DURAR A INABILITAÇÃO; C) CONSIDERADAS RESPONSÁVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE, ENQUANTO DURAREM OS  PRAZOS ESTABELECIDOS NOS INCISOS I, II É III, DO ARTIGO 12, DA LEI FEDERAL N° 8.429/1992.	x	
17. DECLARAÇÃO DE QUE NÃO CONTRATARÁ SERVIDOR DECLARAÇÃO DE QUE NÃO CONTRATARÁ NEM REMUNERARA SERVIDOR OU EMPREGADO PÚBLICO, A QUALQUER TÍTULO, COM OS RECURSOS REPASSADOS;	x	
18. INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL PERTINENTE À SUA ÁREA DE ATUAÇÃO CASO EXIGIDO PELO RESPECTIVO CONSELHO DE POLÍTICA PÚBLICA;		×
20. CERTIFICAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA CERTIFICAÇÃO DA OSC COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE UTILIDADE PÚBLICA (OPCIONAL)	×	
21. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PREVISTAS E O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS;	×	
22. DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI INSTALAÇÕES ADEQUADAS DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS ADEQUADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PREVISTAS E O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS;		×
23. COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA, NA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA  COM EFETIVIDADE, DO OBJETO DA PARCERIA OU DE NATUREZA SEMELHANTE, TAIS COMO. A) ATESTADOS DE EXPERIENCIA EMITIDOS POR ORGANIZAÇÕES/ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA OS QUAIS REALIZOU AÇÕES SEMELHANTES; B) OTÍCIAS VEICULADAS NA MÍDIA EM DIFERENTES SUPORTES SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS; C) MATERIAIS PRESSOS DE DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS REALIZADOS; D) PREMIAÇÕES RECEBIDAS:	x	

	OBSERVAÇÕES e/ou RESSALVAS	
Item 1:		
Item 2:		

### CONCLUSÃO

Em relação aos documentos obrigatórios necessários à celebração da parceria com o Município de Unaí (considerando as observações e/ou ressalvas acima), ATESTAMOS que:

( ) toda a documentoção foi analisada e APROVADA por essa Comissão.

(X.) tada a documentação foi analisada e **REPROVADA** por essa Comissão, pois, mesmo sendo notificada, a OSC não sanou as inconsistências.







### PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ MG

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS RUA JUVENCIO CORREIO S/N – BAIRRO JACILÂNDIA TELEFAX: (38) 3677-4996

### À PROCURADORIA JURIDICA

Referência: Processo 02258/2021

Emenda Impositiva 7/2021

Edital de Chamamento Público nº 20

Beneficiário: Associação Rural do PAIOL.

Com relação ao Chamamento acima cumpre-me informar que após análise documental da Comissão de Seleção concluída em 02 de Março de 2021, a mesma emitiu parecer considerando REPROVADA, uma vez que a entidade mesmo sendo notificada não conseguiu sanar as inconsistências.

Diante do exposto encaminho a esta Procuradoria Jurídica para análise e manifestação.

Unaí, 10 de Março de 2021

Rubens Galvão Alves Ferreira Secretário Municipal da Agricultura e Serviços Rurais (Interino)

Rubens Galvão A. Ferreira Rubens Galvão A. Ferreira Secretário Municipal de Agricultura Secretário Municipal de Agricultura e Serviços Rurais Interino





## PREFEITURA DE UNAÍ **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Ao Dr. Múcio Eduardo Araújo Lara, DD. Assessor Jurídico, para análise e parecer.

Em 11 de março de 2021

Procurador-Geral do município da Grador Geral





Αo

Dr. Antonio Lucas da Silva Procurador Geral do Município

Processo n° 02258/2021

Solicitante: Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços

Rurais

Senhor Procurador.

Trata-se de proposta da Associação Rural Paiol, quanto ao chamamento público n.º 20, para celebração cooperação envolvendo recursos decorrentes de da acordo de emenda parlamentar n° 07/2021 à lei orçamentária anual, para cessão de implementos, máquinas e equipamentos agrícolas como fomento e apoio aos pequenos produtores rurais e à agricultura familiar do município de Unaí.

A Comissão de Seleção, por exercício de suas atribuições, constatou o não preenchimento de requisitos de habilitação exigidos pela Lei Federal n° 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil; concluindo que a OSC deveria apresentar os documentos necessários para suprir os requisitos faltantes.

Às ff. 37/39 consta a 3ª e ultima notificação da OSC para cumprir as determinações apontadas pela Comissão de Seleção.







Verifique-se à f. 39 o seguinte:

FASE 1 - DOCUMENTAÇÃO REPROVADA

A Comissão concluiu o processo de análise da fase 1, atestando que após três notificações a OSC teve alguns DOCUMENTOS APRESENTADOS EM DESACORDO com a legislação pertinente.

da mencionada notificação, prazo comissão de seleção concluiu pela reprovação da proposta por não sanar as inconsistências. (ff. 40/42)

A Lei 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, estabelecendo requisitos a serem seguidos, comprovados por documentos.

> Art. 33. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

> I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - (revogado)

III - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo entidade extinta;





IV - escrituração de acordo com os princípios
fundamentais de contabilidade e com as Normas
Brasileiras de Contabilidade;

- a) (revogada);
- b) (revogada);

### V - possuir:

- a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los;
- b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. (grifamos)

Restou constatado pela comissão de seleção e parecer técnico o não preenchendo dos requisitos do artigo 33, inciso V, alínea "c" da Lei 13.019/14.

O art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que "a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei





específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais".

Por sua vez, a Lei Municipal n° 3.323/2020, que estabelece as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual do exercício de 2021, prevê que:

Art. 30. Fica permitida a inclusão na LOA e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios, subvenções sociais e contribuições para Organizações da Sociedade Civil - OSC, desde que autorizada por lei específica que discrimine a tipificação dos serviços e os valores a serem destinados.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de auxílios, subvenções sociais e contribuições a entidade deverá atender às exigências previstas na Lei Municipal nº 3.083, de 8 de maio de 2017, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais alterações.

Para os efeitos do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, os valores constantes no projeto de lei específica a que se refere o caput deste artigo, bem como o projeto de lei orçamentária anual de 2021, poderão ser demonstrar a para utilizados orçamentária nos procedimentos referentes à fase propostas análise das de interna transferências de recursos ao setor privado.

Art. 31. As entidades beneficiadas com recursos provenientes de emendas orçamentárias de execução



impositiva deverão apresentar ao Poder Executivo celebração documentos necessários à parceria em até 30 dias após a publicação da LOA.

§ 1º Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, e diante da não manifestação de interesse pela entidade beneficiada, o Poder Executivo apontará impedimento técnico para a execução da emenda.

S 2° O Poder Executivo poderá disciplinar, por prazos OS administrativo próprio, procedimentos a serem observados no processo de apresentada documentação da análise entidades beneficiadas por emendas orçamentárias de execução impositiva.

(...)

às recursos transferências de 36. As entidades previstas no artigo 30 desta deverão ser precedidas da aprovação do plano de trabalho, termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação, devendo ser observadas, na elaboração de tais instrumentos, as exigências da Lei Municipal nº 3.083, de 2017, e na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e demais alterações. § 1° Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com Município. pelo transferidos recursos de termo de vedada a celebração 20 Fica fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação com entidade em situação irregular com





o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3° Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo os caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.

Por fim, convém ressaltar que a observância da Lei Federal 13.019/2014 é imprescindível para a legalidade das parcerias e, sobretudo, para a regularidade de eventual transferência de recursos públicos, considerando inclusive a nova redação dada à Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Assim, com fundamento nas razões anteriores, entendemos haver impedimento de ordem técnica à celebração da parceria, na forma do art. 162, § 6°, da Lei Orgânica do Município de Unaí.

É o parecer, S.M.J.

Unai - MG, 25 de março de 2021.

Múcio Eduardo Araújo Lara indo Assessor Jurídico DAB/MG 1/3.426



# PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

Autos nº 02258/2021

Interessado: Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais

Acolho o parecer de fl. 45/50 do Assessor Jurídico, Dr. Múcio Eduardo Araújo Lara, por seus próprios fundamentos.

À SEGOV, para apreciação.

Unaí - MG, 25 de março de 2021

Antonio Lucas da Silva

Procurador-Geral do Município

Acolho o parecer jurídico.

À AMALEGIS, para que dê ciência à Câmara Municipal.

Unaí - MG, 25 de Março de 2021.

Aron Efrem Mendes Reineiros

Secretário Municipal de Governo Interino